



Opinião
M. Graça Carvalho

Ser vacinado é proteger a comunidade

A notícia publicada nesta semana, dando conta de um aumento do número de utentes que estão a faltar sem aviso prévio a vacinas agendadas, só nos pode deixar preocupados. É importante que todos percebam – e se essa mensagem não está a passar deve ser reforçada por quem tem competências na matéria – que a pandemia de covid-19 ainda não acabou, e que dos comportamentos individuais dependerá em grande medida o nosso sucesso coletivo nesta “guerra” que já dura há mais de ano e meio.

Agendar um ato de vacinação e depois não comparecer, nem avisar atempadamente, não significa apenas ficar desprotegido perante um vírus que continua a circular, que continua a fazer vítimas e a motivar hospitalizações. Significa também desperdiçar o tempo de profissionais de saúde que estão a trabalhar em contrarrelógio para assegurarem a imunização da população e, provavelmente, desperdiçar uma vacina que poderia ter ido para outra pessoa.

É claro que existem imprevistos de última hora, mas quando ouvimos, por exemplo, autarcas referirem um aumento substancial de ausências num dia de jogo de futebol da seleção, só podemos concluir que para alguns cidadãos o sentido de prioridades está baralhado. Perante isto, mais do que apontar o dedo a quem falta às vacinas ou a quem se recusa mesmo a agendá-las, é importante informar e sensibilizar.

Em muitos países, e também, em menor escala, em alguns concelhos de Portugal, não apenas se tem investido fortemente em campanhas de apelo à vacinação como, em alguns casos, se chega ao ponto de premiar quem o faz. Ainda nesta segun-

da-feira foi noticiado que o primeiro-ministro grego decidiu atribuir um vale de 150 euros, utilizável em viagens ou atividades culturais, a todos os jovens dos 18 aos 25 anos que se vacinam.

Há quem critique estas medidas, por considerar que as vacinas em si mesmas já deveriam ser estímulo suficiente. Pessoalmente, sou favorável a todos os atos que sirvam para criar um sentimento positivo em torno da vacinação. Até porque não têm faltado “iniciativas” em sentido oposto, assentes na desinformação e no medo.

A generalidade dos argumentos antivacinas, mesmo pondo de lado teorias de conspiração que nem merecem que se perca tempo a falar delas, assentam em interpretações erradas ou deturpadas dos factos.

Por exemplo, acreditar que já não se precisa de ser imunizado, porque muita gente já recebeu a vacina. A imunidade de grupo é uma meta, mas a percentagem da população que é necessária para a garantir varia em função da doença e das suas mutações. Em relação à variante Delta do coronavírus, alguns especialistas apontam para a necessidade de chegar pelo menos aos 85% de imunização. Ainda estamos muito distantes. Precisamos de todos para lá chegarmos. E não podemos esquecer que há quem, por motivos de saúde, não pode sequer ser vacinado. Esses, sim, dependem do grupo para a sua proteção.

Há também quem diga que recusa a vacina por não confiar na sua eficácia contra as últimas mutações do vírus, preferindo esperar por outras mais atualizadas. Este é o exemplo clássico de comportamento que pode conduzir exatamente àquilo que se receia que aconteça. As vacinas disponíveis estão a ser eficazes na proteção contra a variante Delta, como já confirmou o líder da *task force* da vacinação no nosso país. Contudo, quanto mais cidadãos desprotegidos existirem – em Portugal e no mundo –, mais probabilidades tem o vírus de se replicar e de ter mutações para as quais poderemos não estar preparados.

Recusar uma vacina é um direito, mas desengane-se quem pensa que é uma mera decisão individual. Não é um ato inócuo. Afeta os outros. Ser vacinado, por outro lado, não é apenas protegermos a nós próprios. É proteger a comunidade.

Eurodeputada



Recusar uma vacina é um direito, mas desengane-se quem pensa que é uma mera decisão individual. Não é um ato inócuo. Afeta os outros.



Opinião
Jorge Costa Oliveira

Bancos multilaterais e controlo do sistema financeiro internacional

A evolução da globalização, com uma mudança na relevância das geografias nas trocas comerciais (com crescimento gradual na orla da Ásia-Pacífico e uma redução na área do Atlântico e também mais comércio sul-sul) e no sentido dos fluxos (mais bidirecionais entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento) está a mudar a paisagem também no que tange à parafernália de organizações financeiras multilaterais.

Para além do Banco Mundial (BIRD + AID + CFI) e do FMI, emergindo de Bretton Woods em 1944, foram criados nas décadas seguintes vários bancos multilaterais para o desenvolvimento – o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África (ABEDA), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

Mais recentemente merecem realce a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e do Novo Banco de Desenvolvimento / Banco dos BRICS (NBD).

A criação destes mais recentes novos bancos multilaterais vem bulir com o rácio subjacente a anteriores bancos multilaterais, em especial o AIIB.



Se tivesse havido bom senso e ponderação dos EUA, teria sido possível reformar e melhorar os bancos multilaterais existentes sem necessidade de criar novos.

Por que razão foi criado o AIIB? Por várias razões, sendo que a principal radica na efetiva necessidade de fazer muito investimento em infraestruturas na Ásia. Mas porque não usar para o efeito o ADB ou o BIRD, que já financiam muitos projetos de infraestruturas na Ásia? Porque uma série de países asiáticos com economias em crescimento contínuo acelerado não estão disponíveis para fazer essas contribuições de capital adicionais através do ADB e do BIRD; e não estão porque a distribuição de capital social e direitos de voto nesses bancos não reflete a realidade económica atual e visa a perpetuação de um *old boys club*; por exemplo, no caso do ADB a presidência do banco foi sempre japonesa, no caso do Banco Mundial americana e no caso do FMI europeia. Nos últimos 20 anos vários países asiáticos, e não só, propuseram a alteração desse *statu quo*. Essa alteração era aceite pela generalidade dos países com exceção dos EUA que sempre negaram essa possibilidade. As novas potências emergentes – desde logo a China e a Índia, mas também outros países relevantes, sobretudo se atentarmos nas projeções de crescimento económico a longo prazo – constatarem a inflexibilidade americana e criaram um novo banco multilateral que reflita a realidade económica multipolar atual. Por isso o AIIB tem sede em Beijing e os seus três principais acionistas são a China (com 26,5% do capital social), a Índia (com 7,6%) e a Rússia (com 6%). Mas países aliados dos EUA como Austrália, Coreia do Sul, Israel, Singapura, Tailândia, são membros fundadores. Como o são também os maiores acionistas não asiáticos do AIIB – a Alemanha (4,2%), a França (3,2%), o Reino Unido (2,9%) – e Portugal.

Se tivesse havido bom senso e ponderação dos EUA, teria sido possível reformar e melhorar os bancos multilaterais existentes sem necessidade de criar novos. Mas o desejo de continuar a controlar o sistema financeiro internacional fala mais alto. E leva à adoção de uma política que no longo prazo é prejudicial para uma ordem financeira internacional estável.

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira